

ANEXO I DO EDITAL N.º 12.01/2025 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 01

Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, orientam a atuação da Administração Pública e servem como parâmetros para a validade e o controle dos atos administrativos. Com base nesses princípios constitucionais, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, analisando a importância da observância simultânea dos princípios da Administração Pública, devendo o candidato apresentar um exemplo concreto de atuação administrativa, identificar expressamente dois princípios aplicados no exemplo e correlacioná-los, demonstrando como atuam de forma complementar na proteção do interesse público.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência constituem fundamentos essenciais da Administração Pública, garantindo que a atuação estatal seja legítima, ética e voltada ao interesse coletivo. Esses princípios não atuam de forma isolada, mas de maneira integrada, reforçando-se mutuamente na prática administrativa.

Legalidade:

O princípio da legalidade determina que a Administração Pública somente pode agir conforme a lei. Diferentemente do particular, que pode fazer tudo o que a lei não proíbe, o agente público só pode atuar quando houver autorização legal, garantindo segurança jurídica e controle dos atos administrativos.

Impessoalidade:

A impessoalidade assegura que a atuação administrativa seja voltada ao interesse coletivo, vedando favorecimentos pessoais, perseguições ou promoções individuais. Os atos administrativos devem ser praticados em nome do órgão ou entidade pública, garantindo tratamento isonômico aos administrados.

Moralidade:

O princípio da moralidade exige que a conduta do agente público observe padrões éticos, de boa-fé, honestidade e probidade. Mesmo atos legais podem ser inválidos se praticados com desvio de finalidade ou afronta à ética administrativa.

Publicidade:

A publicidade impõe a divulgação dos atos administrativos, permitindo transparência, controle social e acesso à informação pelos cidadãos. Esse princípio fortalece a legitimidade da Administração Pública e possibilita a fiscalização de seus atos.

Eficiência:

O princípio da eficiência exige que a Administração Pública atue com qualidade, economicidade e rapidez, buscando os melhores resultados com o menor custo possível, sem prejuízo da legalidade e da ética.

A observância conjunta desses princípios contribui para uma Administração Pública transparente, responsável e eficaz, fortalecendo a confiança da sociedade e garantindo a realização do interesse público.

Como exemplo, a realização de licitação pública evidencia a aplicação conjunta dos princípios da legalidade e da publicidade. A legalidade assegura que o procedimento siga as normas previstas em lei, enquanto a publicidade garante a divulgação dos atos, possibilitando o controle social e a transparência. A correlação entre esses princípios contribui para a prevenção de irregularidades, o fortalecimento da confiança da sociedade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

CARGO: CONTADOR

QUESTÃO 01

Um Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais (Regime Próprio de Previdência Social - RPPS) opera com a segregação de massas. Para fins desta questão, considere exclusivamente as operações do Fundo Previdenciário

(Capitalizado).

Situação Problema: No encerramento do exercício de 202X, a folha de pagamento da competência dezembro dos servidores ativos vinculados ao Fundo Previdenciário foi processada, apresentando uma Base de Cálculo (Total de Salários de Contribuição) de R\$ 5.000.000,00.

A legislação municipal define as seguintes alíquotas de custeio, incidentes sobre a totalidade dessa base de cálculo:

- Contribuição do Segurado: 14,00%
- Contribuição Patronal - Custo Normal: 20,00%
- Contribuição Patronal - Custo Suplementar (Amortização de Déficit): 24,00%

Importante: Até o dia 31/12, o Ente Federativo (Prefeitura) realizou a retenção e a contabilização da obrigação, mas não efetuou

o repasse financeiro (transferência bancária) de nenhum desses valores para a conta do Instituto.

Dados do Laudo Atuarial (Posição em 31/12):

- Provisões Matemáticas Previdenciárias (Passivo Atuarial): R\$ 400.000.000,00
- Ativo Real Líquido (Recursos Garantidores): R\$ 360.000.000,00

Com base no IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, no Manual de Contabilidade Aplicada ao

Setor Público (MCASP) 11ª Edição e demais legislações vigentes, elabore um texto técnico-dissertativo utilizando, no máximo, 60 (sessenta) linhas, abordando os seguintes tópicos:

- a. **Memória de Cálculo e Reconhecimento Patrimonial:** Demonstre o cálculo individualizado dos valores a receber (Segurado, Patronal Normal e Patronal Suplementar). Indique o procedimento contábil sob a ótica da Natureza de Informação Patrimonial (Natureza da conta/classe, Débito e Crédito) que o Contador do Instituto deve realizar em 31/12 para registrar o direito a receber, fundamentando a resposta no Regime de Competência.
- b. **Análise Orçamentária:** Explique se, sob a ótica do Instituto (Unidade Gestora), houve "Receita Orçamentária Realizada" referente a esses valores no exercício em questão. Justifique com base no Art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964.
- c. **Resultado Atuarial e Custo Suplementar:** Apure o Resultado Atuarial do exercício (Déficit ou Superávit Técnico) com os dados fornecidos. Em seguida, explique qual é a função técnica da cobrança da alíquota de "Custo Suplementar" em relação a esse resultado atuarial encontrado.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato deverá abordar os três tópicos solicitados de forma fundamentada. Abaixo, detalha-se o conteúdo e os valores de referência para a correção.

A. Memória de Cálculo e Reconhecimento Patrimonial

O candidato deve apresentar os cálculos aplicando as alíquotas sobre a base de R\$ 5.000.000,00:

i) Cálculos:

Contribuição do Segurado (14%): R\$5.000.000 x 14% = R\$ 700.000,00

Patronal Custo Normal (20%): R\$5.000.000 x 20% = R\$ 1.000.000,00

Patronal Custo Suplementar (24%): R\$ 5.000.000 x 24% = R\$ 1.200.000,00

Total a Receber: R\$ 2.900.000,00

ii) Contabilização (Foco na Natureza de Informação Patrimonial)

O candidato deve demonstrar conhecimento de que, sob a ótica patrimonial (PCASP), o registro deve obedecer ao Regime de Competência (Fato Gerador), segregado da execução orçamentária.

Natureza de Informação: Patrimonial,

Débito: Ativo Circulante – Classe 1 (Créditos a Receber / Contribuições a Receber do Ente).

Crédito: Variação Patrimonial Aumentativa – Classe 4 (VPA) - Contribuições Sociais.

Nota Técnica: O lançamento reflete o direito adquirido pelo RPPS (Ativo) e o reconhecimento do fato gerador da contribuição (VPA), conforme preconiza o IPC 14, independentemente do ingresso financeiro (que afetaria apenas a natureza orçamentária e de controle). Aceitar como correta a resposta que apresente lançamentos individualizados (três lançamentos separados) ou um lançamento consolidado pelo valor total de R\$ 2.900.000,00. Aceitar variações na nomenclatura das contas (ex: "Clientes", "Ente Municipal", "Impostos e Contribuições"), desde que a classificação nos grupos Ativo (D) e VPA (C) esteja correta.

B. Análise Orçamentária (Regime de Caixa)

Conclusão: O candidato deve afirmar que NÃO houve Receita Orçamentária Realizada (Arrecadada).

Justificativa: Conforme o Art. 35, inciso I, da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas. Como o enunciado explicita que "não efetuou o repasse financeiro", não houve ingresso de disponibilidade (caixa) no Instituto. Portanto, não há execução da receita orçamentária no exercício de 202X.

C. Resultado Atuarial e Função do Custo Suplementar

i) Apuração do Resultado:

O candidato deve confrontar o Ativo Real com o Passivo Atuarial:

(+) Ativo Real Líquido: R\$ 360.000.000,00

(-) Provisões Matemáticas: (R\$ 400.000.000,00)

(=) Resultado: Déficit Atuarial de R\$ 40.000.000,00.

ii) Função Técnica:

Deve explicar que a Alíquota de Custo Suplementar (24%) tem a função de amortizar/equacionar o Déficit Atuarial (os R\$ 40 milhões faltantes). Diferente do Custo Normal (que cobre o benefício gerado no ano corrente), o Custo Suplementar visa acumular recursos ao longo do tempo para cobrir o passivo a descoberto e restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

Referências Normativas:

IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:17165



MCASP – 11ª Edição

<https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/51045>

Lei Federal nº 4.320/1964 - art. 35

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm